

Conselho denuncia invasão de reservas

Funai nega que decreto possibilite a retomada de áreas indígenas por latifundiários e mineradores

Joel Santos Guimarães
e Helena Celestino

• SÃO PAULO E PARIS. Latifundiários, garimpeiros e grandes mineradoras estão se aproveitando da brecha aberta pelo decreto 1.775, que permitirá a revisão de áreas indígenas já demarcadas, para consolidar ocupações em terras dos silvicultores invadidas nos últimos dez anos. Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, por exemplo, as federações da agricultura estão acionando seus departamentos jurídicos para pedir a revisão de áreas demarcadas naqueles dois estados e já parcialmente ocupadas pelos brancos. Um levantamento preliminar elaborado por entidades ligadas à causa indígena revela que duas semanas após a assinatura do decreto as invasões se intensificaram em pelo menos 18 áreas.

— Oficialmente a Funai não tem conhecimento de que esteja ocorrendo invasões em terras indígenas. Cabe, portanto, às entidades que denunciam o fato mostrar onde isso estaria ocorrendo — disse ao GLOBO o coordenador-geral de Assuntos Externos da Funai, Edson Luís Ferreira, acrescentando que o ministro da Justiça, Nelson Jobim, já advertiu que enviará forças policiais às áreas onde houver qualquer tentativa de invasão.

Em nota divulgada anteontem, o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB) afirma que desde o dia 8 “espalham-se pelo país fatos assustadores em áreas indígenas, comprovando o quanto o decreto é prejudicial aos povos indígenas, estimulando novas invasões”. A nota lembra que o ministro da Justiça, em diversas ocasiões, garantiu que as áreas que fazem parte do Projeto Terras Indígenas não seriam ameaçadas pelo novo decreto e que não seriam contestadas por terceiros. Entretanto, segundo o Conselho, o próprio Nelson Jobim tomou a iniciativa de enviar ao Governo do Pará a relação de 14 áreas que estão em processo de demarcação, para que possam ser contestadas e revistas.

Entre as invasões registradas após a assinatura do decreto, a nota do CAPOIB relaciona a tentativa de ocupação das terras dos índios kaingang no posto Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra, no norte do Paraná, e a área coatá em Laranjal dos Mundurucu, no Amazonas.

— Como se não bastassem as invasões, também têm ocorrido várias contestações nesse período — denunciou o secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Saulo Feitosa. — A empresa agropecuária Sattin, de Mato Grosso do Sul, entrou com um ação judicial reivindicando parte da área Panambizinho, dos índios guarani-kaiowá, em Dourados.

Perda de terras tem levado índios ao suicídio

Feitosa lembra que as invasões que vêm ocorrendo nos últimos dez anos nas terras dos guaranis em Mato Grosso do Sul são reconhecidas pela própria Funai como uma das causas da onda de suicídios entre aqueles índios. No



DONA RUTH (com o cocar presenteado pela índia terena Jupira, em 1995): “Governo não tem intenção de reduzir as reservas. Está havendo um mal entendido”

ano passado, 50 guaranis se suicidaram. Feitosa garantiu ainda que até mesmo a área dos yanomami — que o Governo assegurou estar livre de contestação, por já ter tido sua demarcação registrada — está sob a mira de grupos econômicos, latifundiários e grandes mineradoras.

— Recebemos relatos dos líderes yanomamis de que políticos de Roraima ligados a esses grupos e financiados por eles estão vendo no decreto uma possibilidade de ocupar definitivamente a área indígena. Para isso, já estão procurando assessoria jurídica — informou Feitosa.

Dados do Cimi mostram que, em 1987, os diversos grupos que formam os yanomamis somavam 9.350 índios. Hoje, em função da invasão branca, não passam de 6.600 pessoas, vivendo em condições miseráveis e sujeitas à violência rotineira dos garimpeiros. Nesse período, 2.700 índios morreram vitimados pela violência ou pelas doenças trazidas pelos brancos invasores.

Funai fica atenta a tentativas de ocupação de reservas

Embora a Funai negue a ocorrência de novas invasões em consequência do decreto 1.775, o fato é que a direção do órgão pediu a todas as suas administrações regionais que ficassem atentas a possíveis tentativas de ocupações nas áreas indígenas. Logo após a assinatura do decreto, a Funai le-

vou ao ar, pelo Sistema Radiobrás, um texto do próprio ministro contestando as notícias de que “os índios não podiam mais plantar suas roças porque o novo decreto acabou com as áreas indígenas”.

— A informação é falsa — afirmou Jobim. — O novo decreto foi promulgado justamente para trazer à luz do debate democrático os diversos pontos de vista sobre as áreas indígenas. Essas provocações são antidemocráticas. Visam apenas a espalhar medo e confusão. Os índios não devem aceitá-las.

Dona Ruth garante preservação das áreas indígenas

Em Paris, a primeira dama Ruth Cardoso disse que o Governo não tem a menor intenção de reduzir a dimensão das reservas indígenas e que está havendo um grande mal entendido a respeito desse assunto.

— Li o decreto e participei da reunião do ministro da Justiça, Nelson Jobim, com os representantes das Organizações Não-Governamentais e as associações de defesa dos indígenas. Posso garantir que não há iniciativa no sentido de rever os limites das reservas — garantiu.

Dona Ruth, que está em Paris para participar de uma reunião da Comissão Independente de População e Qualidade de Vida, explicou que o decreto do Governo tem como objetivo acabar

com as contestações sobre a propriedade das terras demarcadas como reservas indígenas.

— É dado um prazo de 60 dias para serem apresentadas à Justiça as contestações sobre a propriedade das reservas demarcadas depois de 1988 e ainda não regularizadas. Este é um direito constitucional chamado direito do contraditório — informou.

Dona Ruth argumenta que, ao ordenar e dar prazo para as contestações, o decreto, na verdade, torna as reservas indígenas menos vulneráveis.

— A idéia e garantir as terras indígenas e, ao mesmo tempo, o direito constitucional do contraditório — disse.

Redução da população não reduz também a pobreza

A primeira dama chegou quarta-feira e aproveitou a noite livre ontem para ver a versão de Ariane Mnouschkinne para a peça “Tartufo”, de Molière, montada pelo Theatre du Soleil. Mas hoje estará na Unesco para aprovar o texto final do relatório elaborado pela Comissão de População, da qual faz parte há mais de dois anos. Reunindo especialistas de diversos continentes — América Latina, Europa, África e Estados Unidos — a comissão pretende mostrar que a redução da população não é determinante para a melhoria da qualidade de vida, teoria que andou na moda há algum tempo. Segundo dona Ruth, o

Brasil foi um dos casos estudados, já que houve uma intensa redução da natalidade e nem por isso a pobreza diminuiu.

— Foi importante trazer o exemplo do Brasil para as discussões, pois a redução da natalidade se deu de maneira quase espontânea, já que não houve uma política governamental nesse sentido. Hoje pagamos o preço desta queda intensa da fertilidade, com uma alta taxa de esterilização e de abortos — disse a primeira dama, que considera uma atitude correta o planejamento familiar não ser uma política de Estado.

Primeira dama condena exploração da miséria

Comentando o caso do vídeo que o cantor Michael Jackson pretende gravar nas favelas do Rio, dona Ruth disse que existe uma tendência de explorar a pobreza do Brasil para ter lbope. Contou que, na Comissão de População, foi pressionada a incluir a questão dos meninos de rua e da prostituição infantil entre os temas de discussão.

— Não tenho a menor intenção de negar estes problemas. Mas o problema dos meninos de rua tem de ser colocado na discussão global sobre a infância. Menino de rua não é o mais grave numericamente, mas há um certo apelo para usar este problema como indicador da situação brasileira — afirmou. ■